

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

México: da Ortodoxia Neoliberal à Crise Social

Fabiana de Oliveira* e Vitor Stuart Gabriel de Pieri**

Resumo

O ano de 1982 foi marcado pela adoção de uma série de políticas neoliberalizantes por parte do governo mexicano, tendência esta que atingiu o seu ápice com a assinatura do Tratado de Livre Comércio da América Norte (NAFTA) que entrou em vigor 10 anos depois. Esta nova postura marcou o giro à direita dado pelo partido hegemônico - PRI - e aprofundou ainda mais a dependência da economia mexicana com relação aos Estados Unidos. Como resultado do ajuste estrutural, o país sofreu uma maior concentração de renda com graves desdobramentos sociais. O presente artigo pretende analisar o ambiente político-econômico do México no momento da adoção de tais políticas, observar as particularidades da adoção de políticas neoliberais no México, os seus principais resultados e os desafios que o Partido Revolucionário Institucional encontra ao voltar ao poder após o breve intervalo em que o Governo Federal foi dirigido por mandatários panistas.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Crise econômica; Estado liberal.

Resumen

El año de 1982 estuvo marcado por una serie de adopciones de políticas de carácter neoliberal en México, tendencia esta que alcanzó su ápice con la firma del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (NAFTA) que entró en vigor 10 años después. Esta nueva postura ha marcado la vuelta a la derecha que ha dado el partido hegemónico, el PRI, y ha profundizado aún más la dependencia de la economía mexicana hacia los Estados Unidos. Como resultado de este ajuste estructural, el país ha sufrido con una mayor concentración de los ingresos y ha pasado a presentar una crisis social que asola a la gran parte de la población mexicana. El presente artículo pretende analizar el ambiente político-económico de México en el momento de la adopción de tales políticas, además de observar lo que caracteriza el neoliberalismo mexicano, sus principales resultados y los desafíos que ha generado para el Partido Revolucionario Institucional, ahora que este vuelve al poder tras un breve intervalo en que estuvo el Gobierno Federal dirigido por mandatarios panistas.

Palabras-clave: Neoliberalismo; Crisis económica; Estado liberal.

*Mestranda no Programa de Integração da América Latina (PROLAM/ USP) e membro do Observatório Latinoamericano do Instituto Tecnológico de Monterrey (México). Email: oliveira.fabiana1989@gmail.com

**Doutorando em Geografia pela UNICAMP, Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Bolonha - Itália e em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE. Docente em IES. Email: vitorpieri@gmail.com.

Recebido para publicação em 03/12/2012. Aprovado para publicação em 25/02/2013.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Introdução

A crise econômica de 1982 teve como efeito no México a implantação de uma série de políticas de caráter neoliberal, seguindo um modelo de economia aberta que prometia a tão sonhada “modernização”, mas que promoveu uma verdadeira reprimarização da economia mexicana. Estas políticas de ajuste resultaram em uma profunda transformação da estrutura econômica, o que terminou por não culminar em benefícios e melhores níveis de bem-estar para a maioria da população, mas sim na desindustrialização e na ruptura de cadeias produtivas, além de uma maior concentração de renda. O remédio promovido pelos organismos financeiros internacionais converteu o México em uma plataforma de exportação para os Estados Unidos.

O neoliberalismo mexicano foi inicialmente adotado pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional) e começou com o governo de Miguel de la Madrid (1982-1988). Foi mais ortodoxamente aplicado durante o governo de Salinas de Gortari (1988-1994) e seguiu como política econômica vigente com os governos panistas de Vicente Fox e de Felipe Calderón. Enfrentando resistências sociais e políticas, a tecnocracia que chegou ao poder no sexênio de Miguel de la Madrid responsabilizava a “política econômica populista” aplicada nos anos 1970 pelos governos de Luis Echeverría Álvarez e José López Portillo pelo alto endividamento externo. Formados por universidades estadunidenses, trataram de adaptar à realidade mexicana a bula receitada pelo Consenso de Washington, baseada na implantação de uma economia aberta e de Estado mínimo.

Depois de um intervalo de 12 anos, quando o México esteve sob o governo de presidentes do PAN (Partido da Aliança Nacional), o PRI voltou ao governo federal com a eleição de Enrique Peña Nieto, quem prometia políticas que deveriam resultar em um novo e mais amplo sistema de seguridade social, sem, no entanto, abandonar as velhas práticas norteadas pelo livre comércio e de redução do gasto público.

As políticas monetaristas ainda em vigência, no entanto, terminaram por resultar em maior precarização das relações de trabalho, maior concentração de renda e perda da soberania nacional sobre o manejo das questões econômicas.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

1. Neoliberalismo *a la Mexicana*

A crise da dívida, experimentada pelo México em 1982, aprofundou uma série de transformações econômicas no país que já eram ensaiadas desde os anos 1970. O primeiro sinal da adoção do neoliberalismo foi a adesão do México ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, na sigla em inglês), em 1985, e, posteriormente, à OMC (Organização Mundial do Comércio). Com a promessa de que criaria no país o ambiente macroeconômico necessário para a atração de investimentos estrangeiros, a liberalização econômica adotada pelo México era, então, marcada pela abertura comercial e financeira, pela privatização de empresas públicas e pelo encolhimento do Estado.

Segundo Morales⁴, as principais características do neoliberalismo mexicano são:

- a) Foi, em partes, imposto por organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial);
- b) É autoritário, o governo não consulta a todos os grupos econômicos antes de tomar as decisões;
- c) É centralizado porque não considera as características econômicas das diferentes regiões do país;
- d) Favorece o capital externo e os grandes investidores nacionais;
- e) É um neoliberalismo incompleto, uma vez que o Estado mantém seu poder sobre os setores que acredita serem estratégicos, como o energético;
- f) Baseia-se em uma abertura comercial indiscriminada;
- g) É dependente do capital externo e do investimento estrangeiro;
- h) Foi marcado por privatizações indiscriminadas;
- i) Resultou no aumento do número de mexicanos que vivem em situação de extrema pobreza;
- j) Prioriza uma política neomonetarista e a vê como solução para os problemas econômicos.

A assinatura do tratado de livre comércio foi um fator que marcou a ortodoxia do neoliberalismo no México, evidenciando que o modelo de substituição de importações era efetivamente abandonado e que, a partir de então, o desenvolvimento passaria a depender da associação aos Estados Unidos. De acordo com Correa,

El TLCAN implicó un acuerdo entre gobiernos y grupos empresariales oligopólicos que veían en la integración una palanca importante para ampliar sus mercados y zonas de operación e influencia, así como para maximizar sus beneficios. En lo fundamental, fue impulsado por los grupos y empresas más globalizados del capital financiero de Estados Unidos, así como por los grupos y empresas más poderosos de Canadá y México. Éstas buscaban con su inserción en la globalización una salida de la crisis y un nuevo campo de acumulación para sus capitales. Durante la etapa del 'ajuste ortodoxo' de los ochenta se había consolidado en los gobiernos latinoamericanos, sobre todo en el área financiera, un vasto número de cuadros neoliberales educados en las universidades estadounidenses del

⁴ Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/rca/191/RCA19105.pdf>.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

establishment (Chicago, Yale y Harvard) dispuestos a aplicar religiosamente las ‘verdades’ del nuevo decálogo neoliberal. (2008, p. 32-33)

Diferente do que defendiam tecnocratas que estavam no governo, o receituário dos organismos internacionais não resultaria em maior crescimento econômico, mas ocorreria exatamente o contrário. A aplicação destas medidas deixou na memória os tempos de inflação moderada, crescimento econômico sustentável e sistemática redução da pobreza, sendo estes substituídos pela maior vulnerabilidade econômica, concentração de renda e aumento da indignância.

2. A Crise Mexicana de 1982 e a Carta de Washington

A crise econômica que assolou o México em 1982 chamou a atenção para a situação financeira em que viviam os países da periferia do sistema capitalista. Conhecida como “tequila”, foi a primeira crise de liquidez da década e gerou preocupação devido ao efeito dominó que poderia ter sobre os mercados emergentes.

Nos anos 70, o destino dos investimentos do Estado era a construção de uma infraestrutura petroleira, o que levou a que, a partir de 1978, o México vivesse um intenso crescimento econômico. Sem embargo, este crescimento foi produto de um forte endividamento externo e, por isso, a dívida externa deste país passou de quase 07 bilhões de dólares a 19 bilhões em 1982.

Neste período, a hegemonia do PRI (Partido Revolucionário Institucional) permitia que este partido mantivesse elevado controle sobre os interesses da sociedade, o que lhe possibilitou liderar o abandono das políticas básicas que caracterizavam o grupo desde a Revolução Mexicana. Segundo Cano:

Até então, o PRI era o instrumento de negociação e representação dos interesses das diversas classes sociais, fonte para recrutamento de cargos políticos profissionais, gestor das demandas sociais –, e aparelho para a legitimação eleitoral do governo. Sua rede política natural se confundia com a dos serviços públicos federal, estaduais e municipais e a crescente atuação do Estado na economia permitiu – além do notável avanço da industrialização – a reprodução econômica e social de suas elites, notadamente a industrial e a financeira (2000, p.408).

O México recém deixava de aplicar as práticas de substituição de importações, marca do modelo de “desenvolvimento estabilizador”, e o priista López Portillo foi o responsável pela transição entre o modelo nacional-desenvolvimentista e o modelo de modernização neoliberal, liderando os primeiros ensaios de liberalização da economia mexicana. Este modelo significava o emprego de grande gasto público através da compra de empresas que estavam ao ponto de quebrar e oferecendo à população artigos a preços menores que o necessário para produzi-los.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

A primeira medida do governo de López Portillo foi desvalorizar o peso. Em seguida, anunciou a estatização da banca, estabeleceu o controle do câmbio, alterou as taxas de juros, mas estas medidas não foram suficientes para conter a crise que se aproximava.

Esta política econômica resultou em um incremento considerável do déficit público. As constantes desvalorizações do peso não eram o suficiente para conter o aumento das importações e do déficit da balança comercial. Somado a isso, a fuga de 13 bilhões de dólares em capital, em 1981, e a alta da taxa de juros promovida pelos EUA resultaram em um aumento do endividamento externo, que passou de 5,5 bilhões de dólares em 1973 para 29,8 bilhões em 1979 e atingindo a soma de 75 bilhões em 1981 (CANO, 2000).

Foi neste período que Estados Unidos fizeram um empréstimo ao México, com a condição de que este país seguisse um plano de ajustes elaborado pelo Fundo Monetário Internacional. No final de 1982, Miguel de la Madrid chegou à presidência e iniciou as mudanças na política econômica, sendo admitido ao GATT e, assim, abrindo a economia do país.

A abertura econômica resultou, anos mais tarde, na concretização do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Esta decisão foi de grande importância para o país que, desde então, passou a dar a maior importância ao setor externo e a buscar diferentes sócios comerciais, ainda que mais de 80% das suas exportações sejam dirigidas a um único parceiro, os Estados Unidos.

A carta de Washington, por sua vez, foi um “manual” de regras de política econômica sugeridas pelos organismos internacionais, cuja representação se traduzia na presença de tecnocratas em importantes espaços, tais como o Banco do México, a Secretaria de Economia e a Secretaria da Fazenda e Crédito Público. Cano (2000, p. 16) define os chamados *Chicago boys* como:

[...] nova tecnocracia [que] não tem compromisso duradouro com o serviço público nem com o país e, muito menos com o povo; não raro, fez de sua curta passagem pelo governo um meio eficaz de enriquecer rapidamente, vendendo seus serviços ao capital internacional.

Estes organismos financeiros internacionais tinham, por sua vez, a função de prestar ajuda técnica aos países cujas economias necessitavam de reestruturação econômica e de ajustes fiscais, ajustes estes que se baseavam em sacrificar a possibilidade de desenvolvimento autônomo, propondo o déficit na balança de pagamentos e o combate à inflação como medidas para alcançar a estabilidade macroeconômica. Este conjunto de políticas é também conhecido como “Consenso de Washington” e foram as responsáveis por fazer dos anos 90 outra década perdida. Tinham como bases a disciplina fiscal, liberação das taxas de juros, competitividade dos tipos de câmbio, liberação e abertura comercial, liberação dos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos e dos fluxos de capital, privatização e desregulação (ÁVILA, 2006).

Estas políticas resultaram no derrumbe do *Welfare State* e fez com que o Estado passasse de proativo e regulador a mínimo. Para Miguel de la Madrid, estas medidas eram amargas, mas necessárias. Segundo Ávila:

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Las medidas fueron infructuosas: el crecimiento del PIB se estancó en términos per cápita, del país salieron más de 50000 millones de dólares por concepto del servicio de la deuda externa, la tasa de inflación alcanzó su record histórico de 160%, arrastrando las tasas de interés y el tipo de cambio a niveles también sin precedente. Ante la caída del empleo y el salario real, las familias mexicanas aumentarían el número de trabajadores en la economía informal, señaladamente de mujeres, como medidas para evitar mayores descensos en el nivel de la población. En medio de esas realidades desalentadoras, el gobierno logró reducir el déficit de las finanzas públicas, mediante recortes de su gasto corriente y de inversión, vendiendo empresas públicas; asimismo, se contrajeron las importaciones y se promovieron las exportaciones de manufacturas, hecho inédito, y en 1986 se ingresó al Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT, por su sigla en inglés). (2006, p. 23-24)

A crise nacional, somada ao contexto internacional, promoviam uma verdadeira mudança na mentalidade dos principais atores econômicos e políticos da sociedade mexicana.

3. O sexênios de Miguel de la Madrid, Salinas de Gortari e Ernesto Zedillo: o longo período de ajustes e reestruturação.

A indicação de Miguel de la Madrid para a presidência consolidou a guinada à direita que sofria o PRI. O partido se afastava cada vez mais de suas origens camponesas e operárias e alinhavam-se aos interesses da elite nacional, das empresas e do sistema financeiro, adotando uma política econômica de cunho ortodoxo (CANO, 2000). Segundo Ávila, o período mais ortodoxo da neoliberalização que sofreu a estratégia de política econômica do México foi o do governo de Salinas de Gortari (1988-1994).

No obstante el dudoso triunfo electoral del Partido Revolucionario Institucional (PRI) en 1988, el presidente Carlos Salinas de Gortari remontó su falta de credibilidad con el control del Estado y de su partido, y el apoyo explícito de la comunidad financiera internacional y de Estados Unidos. Su gobierno habría de ser decisivo para el proyecto neoliberal. Impuso las reformas estructurales más relevantes para consolidar una economía abierta de Estado mínimo, logró una negociación de la deuda externa que sí desahogó financieramente al país; ganó la confianza de los inversionistas extranjeros y al país fluyeron dólares en cantidades nunca vistas; firmó un tratado de libre comercio con Estados Unidos y Canadá (TLC); privatizó la banca que nacionalizara López Portillo en 1982 así como empresas públicas estratégicas; reformó la Constitución para permitir la enajenación de la propiedad ejidal y la participación de extranjeros en la banca y el sistema financiero. Celebró un gran acuerdo con la elite empresarial y financiera y, con el apoyo parlamentario del PAN, promovió y logró cuantas reformas constitucionales consideró necesarias para crear un marco institucional adecuado al nuevo modelo económico. (ÁVILA, 2006, p. 25)

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Desde os primeiros dias do seu governo, Salinas tratou de implementar todas as reformas que deveriam fazer do México um modelo de economia aberta e de Estado mínimo. As principais reformas foram a redução do tamanho do Estado, o equilíbrio das finanças públicas e a desregulação da economia, também avançando na privatização das empresas públicas (banca, indústrias básicas, transportes e comunicações). Estas medidas marcaram o fim do Estado social da revolução de 1910. De acordo com Solís, “el programa de privatización redujo las empresas paraestatales de 1155 a poco menos de 300 entre 1982 y 1992, y los ingresos por las ventas fueron del orden de 6.3 por ciento del PBI, cifras solamente superadas por el Reino Unido en los días de la reprivatización.” (1994, p. 107).

O tratado de livre comércio entre México e os seus vizinhos do norte teve suas negociações iniciadas em 1991, quando Salinas destacava que o acordo era apenas para a criação de uma área de livre comércio, não de um mercado comum. Para convencer a opinião pública, dizia que a integração com os Estados Unidos já era um fato histórico, uma vez que grande parte das exportações mexicanas sempre esteve destinada a este país e daí também provinha a maior parte dos manufaturados importados pelo México. De fato, a aprovação do tratado de livre comércio pelo Congresso estadunidense parecia sinalizar que o “modelo mexicano” era um sucesso. Para os economistas que estavam no governo, vincular o desenvolvimento econômico mexicano a sua relação com os Estados Unidos resultava na sensação de que as portas do primeiro mundo se abriam para o México. Para reforçar o pensamento, o país ainda foi aceito como membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1994.

A decisão de integrar a economia com a dos Estados Unidos, garantindo melhores condições de comércio à grande potência, teve um importante efeito político: aumentar ainda mais a desconfiança por parte dos vizinhos latino-americanos. Segundo Iruegas, “en América Latina se consolidó la idea de que México, al optar por Estados Unidos y el mundo desarrollado, abandonaba también sus compromisos y su vocación con la región” (2006, p. 81-82).

Ainda segundo Iruegas:

En América Latina cundió la opinión de que México había abandonado sus tradicionales posiciones latinoamericanistas y había optado por buscar el favor de los países del primer mundo.

En la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), Brasil exigió que México cumpliera el compromiso de conceder a sus miembros los privilegios arancelarios que se concedían a Estados Unidos. (2006, p. 83)

Segundo Cano (2000), a crise cambial e financeira de 1994-1995 e a piora da crise social e política foram os resultados da opção pela integração econômica com os EUA. Em decorrência desta escolha, surge em 1994 um novo ator político no México em resposta às medidas neoliberais, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Suas demandas por justiça, terra, paz e dignidade levaram a um enfrentamento entre este e o Exército Mexicano que durou 12 dias. Cansados da pobreza extrema e da marginalização, a voz dos indígenas de Chiapas, sob a liderança do Subcomandante Marcos, foi escutada em todo o mundo. Para o guerrilheiro, a globalização

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

neoliberal apagava os povos indígenas como atores sociais, obrigando-os a abandonar sua economia de subsistência, suas tradições e sua língua, forçando-os a seguir a lógica capitalista transformando-os em consumidores. O governo mexicano, por pressão internacional, teve que conter a violenta repressão e tentar negociar com os insurgentes.

Em dezembro de 1994 assumiu Ernesto Zedillo como presidente, afirmando seu comprometimento com a política econômica vigente. Quando, em 1995, começou a fuga de capitais diante da possibilidade de desvalorização do peso, o México se viu em uma nova crise. Zedillo recebeu um empréstimo de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos e, em contra partida, teve que aplicar um programa de reajuste ainda mais rígido e afiançar os recursos que o país captava com a exploração do petróleo.

Os resultados foram logo sentidos: o PIB decresceu 6.9%, enquanto que o desemprego sofria um aumento de 70% e a taxa de inflação passava de 7 a 52% (ÁVILA, 2006). A economia mexicana, vista como modelo nos anos 80 e 90, estava em risco de quebra. Como era possível que o México vivesse esta situação se recentemente havia sido aceito como membro pela OCDE, o clube dos ricos da economia global? (ROMO, 1997).

A partir de 1996 a economia voltou a encontrar o caminho do crescimento, a taxa de inflação voltou a ser de um único dígito e os investidores se reanimavam. Ainda assim, metade da população seguia na pobreza e o México, na região, só apresentava menor concentração de renda que o Brasil.

Segundo Calva (2000), a economia mexicana cresceu, no período de 1982 a 1999, apenas 0.32%. Se analisarmos os sexênios que vão de Miguel de la Madrid até o panista Vicente Fox, a economia mexicana sofreu um incremento de tão somente 19.49%. Isto significou um crescimento de apenas 1.1% ao ano.

4. Os resultados das reformas neoliberais e o retorno do PRI ao Governo Federal: desafios macroeconômicos

Correa (2008) afirma que, nas duas últimas décadas, os países que tiveram resultados mais exitosos foram justamente os que menos adotaram as medidas de ajuste fiscal, como Índia, China e Coreia do Sul. No entanto, os países que aplicaram de maneira dogmática as medidas de cunho neoliberal foram as que piores resultados obtiveram. Exemplos disso são países como Argentina, Brasil e México.

No período de 1983 a 1997, a população mexicana cresceu 2.2%, enquanto que o PIB teve um incremento médio de 1.7%. Isso significa que o produto *per capita* sofreu uma considerável diminuição neste período. Em 2007, era similar à renda *per capita* apresentada em 1980 (ORDORICA & PRUD'HOMME, 2012).

O êxodo do campo para as urbes é outro dos resultados das políticas neoliberais e em nada ajudou o México a lograr os seus objetivos econômicos, uma vez que resultou no baixo crescimento da agricultura – somente uma média de 0.8% por ano, segundo Morales -, o que levou o México a importar alimentos e a perder a sua soberania alimentaria.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Nas cidades, o resultado também não foi o esperado. O que alguns autores chamam de processo de desindustrialização levou a quebra de micro e pequenas empresas devido à abertura do mercado e à forte concorrência estrangeira.

A exploração de recursos naturais com base na necessidade exterior e a orientação da economia nacional para as exportações foi outro resultado desastroso das políticas neoliberais.

O tratado de livre comércio não apenas tornou o México mais vulnerável às oscilações econômicas dos EUA (após a crise de 2009, o país apresentava o maior encolhimento econômico da região latino-americana) como também se mostrou menos benéfico para o país e menos ainda para os trabalhadores mexicanos, que se converteram em mão-de-obra semiescrava nas cidades fronteiriças. Segundo Quiñones:

De por sí se dio un firme paso en esa dirección con el Tratado de Libre Comercio de América del Norte, como lo atestigua el que los trabajadores de las maquiladoras en Ciudad Juárez y otras ciudades fronterizas, se convirtieron literalmente en mano de obra esclava, como lo fue en los albores de la Revolución Industrial en Inglaterra en el siglo XIX. Y aun así, los amantes y beneficiarios del modelo neoliberal, con total desfachatez critican a sus opositores acusándolos de retrógrados, cuando ellos nos quieren llevar a prácticas económicas y sociales de los siglos XVII y XVIII! (2008, p. 12)

A teoria dizia que a integração econômica poderia provocar perdas de empregos nos setores menos competitivos, mas que estas seriam compensadas pelo aumento de postos de trabalho nos setores mais competitivos, o que elevaria a “qualidade” do emprego. A experiência mexicana comprova quão errônea é essa tese, uma vez que as mudanças na estrutura do sistema produtivo do México não criaram empregos “de melhor qualidade”, mas sim elevaram os números da economia informal e da migração (CORREA, 2008). O aumento de trabalhadores no mercado informal ainda tem outra externalidade negativa, uma vez que força a diminuição do piso da remuneração pelo trabalho.

As políticas de atração do capital externo terminaram por atrair, principalmente, o capital especulativo, que buscava unicamente os lucros que se poderia obter com as altas taxas de juros ali garantidas. Este foi um dos fatores que fez com que a dívida externa do México crescesse 95.45% no período de 1983 a 1997.

Quanto à questão social, houve um aumento do desemprego e do subemprego neste mesmo período, além de aumento da polarização do ingresso, o que resultou em maiores níveis de pobreza e marginalização. Também se percebeu um aumento na desigualdade entre diferentes regiões, como Monterrey e o D.F. em comparação com Chiapas e Oaxaca. A possibilidade de comparar estados como estes últimos com países historicamente afetados pela pobreza, como o Haiti, é a mais contundente prova de que a classe política que governa o país desde os anos 80 e o seu modelo econômico fracassaram no que tange ao intento de atender aos mexicanos marginalizados (GALLEGOS, 2008).

A migração que, por sua vez, sempre foi um ponto de tensão nas relações bilaterais entre México e Estados Unidos, sofreu um importante aumento desde que as políticas neoliberais começaram a ser implantadas. Isto se deve ao

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

medíocre crescimento do mercado laboral que teve o país desde 1982, levando milhões de mexicanos a buscarem melhores condições socioeconômicas na grande potência. Este forçado exílio econômico expulsa do México os que buscam um ambiente econômico capaz de garantir à população os itens básicos de um sistema de seguridade social.

Por fim, a economia mexicana nunca esteve tão dependente dos Estados Unidos. Isto se deve ao fato de que o México, com a intenção de “modernizar” sua economia e de integrar-se ao vizinho do norte através do tratado de livre comércio, vinculou seu objetivo máximo – o desenvolvimento – às relações com os Estados Unidos.

Em 2012, o PRI voltou ao Governo Federal, através da eleição de Enrique Peña Nieto. Com a promessa de que representava “um novo PRI”, Peña Nieto chegou à presidência marcado por uma série de denúncias de irregularidades, compras de votos e sem apresentar qualquer proposta para as questões econômicas que em muito diferissem da linha iniciada por seu partido, na década de 70, e seguida à risca quando da vitória eleitoral dos candidatos panistas por dois sexênios seguidos.

Os grandes desafios deste “novo PRI” passam por pensar um novo modelo de desenvolvimento e de inserção internacional que diminuam a volatilidade do país frente às correntes transformações por que passa o sistema global e que lhe possibilitem retomar o caminho do crescimento econômico sustentável e equitativo. A adoção de políticas fiscais anticíclicas, além de ajudar a estabilizar a economia, é fundamental para proteger o país das externalidades comuns aos períodos de crise capitalista.

A implantação de políticas capazes de promover uma melhor distribuição da renda é fundamental, também, para que o México possa ativar o seu mercado interno e, assim, diminuir a sua dependência com relação às suas exportações, destinadas, como já ressaltado aqui, principalmente ao mercado estadunidense.

A questão dos altos índices de pobreza e indigência apresentados pelo país é um tema que exigirá consideráveis esforços por parte do presidente recém-eleito, já que, como recordam, a concentração de renda tende a aumentar em períodos de crise, como mostraram os períodos de 1994-1996 e 2006-2010. Segundo os autores Lomelí, Rodríguez e Weber (2012), o México contabilizou 12 milhões de novos pobres entre os anos de 1992 e 2010, o que significa que mais da metade da população do país se encontra, hoje, não possuem acesso aos seus direitos sociais essenciais. Através destes dados, pode-se concluir que as políticas sociais ultimamente adotadas, como o Programa Oportunidades, Os autores ressaltam, ainda, que a parcela da população mais afetada é a que se encontra nas áreas rurais: “Desde la apertura económica, los campesinos han sufrido un aumento en los costos de la producción, la desaparición de crédito, la disminución de apoyos gubernamentales para la comercialización y la creación de subsidios altamente regresivos” (*idem*, p. 28).

O PRI regressa ao poder e encontra muitos dos desafios criados por suas próprias gestões anteriores, dentre eles os de reformar algumas das instituições públicas com o fim de garantir a alternância e a recuperação da confiança, por parte da população, no processo eleitoral e o de pensar um novo modelo de desenvolvimento que possa, finalmente, devolver ao México a soberania sobre sua política econômica e que possibilite ao país atender às demandas sociais de seus cidadãos.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Conclusão

As duas décadas de experimento neoliberal significaram um longo período perdido e de grande regressão nos níveis de bem-estar do México, uma vez que o mercado por si só se mostrou incapaz de promover a modernização e o desenvolvimento tecnológico e econômico que a teoria neoliberal propunha. Os resultados no México não foram diferentes dos obtidos por outros países latino-americanos: taxas de crescimento bem menores que as apresentadas nos anos 50 e 60, aumento exorbitante da dívida externa, maior vulnerabilidade frente às transformações globais e aumento da pobreza e indigência. Este pequeno crescimento terminou por concentrar-se nas mãos de uma parcela da população devido às transferências de riquezas e dos ativos públicos através das privatizações.

Apesar do fracasso que representou o ajuste macroeconômico adotado pelo país nos anos 1980, o neoliberalismo segue vigente porque existe um compromisso político entre o capital financeiro globalizado e a elite nacional mexicana.

O Partido Revolucionário Institucional (PRI), por sua vez, abandonou o caráter progressista, que era sua marca desde que foi criado, e um passado de política externa independente e de política econômica soberana. Depois de ser o responsável por substituir os políticos de carreira por tecnocratas e por desvincular o partido de suas bases sociais, Miguel de la Madrid entrou para a história do México como um presidente submisso às vontades da Casa Branca.

O que ficou como herança destes tempos foi a forte dependência dos Estados Unidos, principal exportador e importador do México. Isto faz com que o país esteja vulnerável a tudo o que ocorra na economia do seu vizinho.

De fato, se pode concluir que a aplicação das “sugestões” do Consenso de Washington pelo México não resultaram em um considerável crescimento econômico, menos ainda na melhora do bem-estar da população, e pôs o México em uma situação de vulnerabilidade diante das mudanças no sistema internacional, sem que o país disponha de mecanismos que permitam enfrentá-los.

Diante do óbvio fracasso do neoliberalismo no México, é possível que nos perguntemos por que a população deste país permite a continuidade destas políticas econômicas. Ainda que os votos nunca tenham sido uniformes e que a abstenção tenha marcado as eleições de 2006 (41.45% dos inscritos não compareceram para votar), enquanto que a falta de confiança no sistema eleitoral mexicano tenha transparecido no sufrágio de 2012, os mexicanos estão inclinados a manter o atual modelo econômico. Isto se deve, em partes, pela forte propaganda cheia de imagens e vazia de conteúdo, que não propõem soluções reais, mas impõem o medo e o terror (GALLEGO, 2008). Este modelo se sustenta também porque uma pequena parte da população mexicana é beneficiada pela integração da economia com os Estados Unidos através do NAFTA.

O ajuste neoliberal não foi capaz de solucionar as questões que deveria resolver em nenhum dos países latino-americanos em que foi aplicado. Toda a região se viu obrigada a repensar as estratégias econômicas, com exceção de um cada vez menor grupo de países, encabeçado por México, que insistem em aplicar as medidas sugeridas pelo Consenso de Washington.

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

A América Latina teve sua história marcada pela busca pelo progresso, no início do século passado, e pelo desenvolvimento, nos dias atuais. O grande desafio para o México é romper com o neoliberalismo e buscar um novo projeto de nação que lhe permita superar o subdesenvolvimento e a sua condição de periferia no sistema-mundo e que esteja baseado na busca por igualdade de oportunidades e de justiça social. O fato de que está imerso em uma globalização neoliberalizante e de ter uma gigantesca fronteira com Estados Unidos não impede que o país busque um projeto alternativo que priorize políticas fiscais anticíclicas, como fizeram, em maior ou menor medida, Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia e Equador, países que têm reduzido consideravelmente o nível de pobreza e indigência das suas populações.

Bibliografia

- ALBA, Ana Alicia S. de (Coord.). *Reformas estructurales, crisis de la gobernabilidad neoliberal y ascenso de los movimientos sociales*. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, 2008.
- ÁVILA, José Luis. *La era neoliberal*. México, D.F., Oceano, 2006.
- CALVA, José Luis. *México más allá del neoliberalismo*. México, D.F., Plaza & Janés, 2000.
- CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.
- CORREA, Eugenia; DÉNIZ, José; PALAZUELOS, Antonio (Coord.). *América Latina y Desarrollo Económico: Estructura, inserción externa y sociedad*. Madrid: Akal, 2008.
- GALLEGOS, José Luis de la C. *México: crisis social de un modelo económico*. México, D.F.: Itaca, 2008.
- IRUEGAS, Gustavo. "Hurtar el rumbo a la política exterior mexicana". NAVARRETE, Jorge Eduardo (Org.). *La reconstrucción de la política exterior de México: principios, ámbitos, acciones*. México, D.F.: UNAM, 2006.
- QUIÑONES, Guillermo F. *Las paradojas de la transición: agonía de un sistema político sin autocrítica*. México, D.F.: Miguel Ángel Porrúa, 2008.
- LOMELÍ, Enrique V.; RODRÍGUEZ, David F.; WEBER, Darcy, T. Sistema de protección social en México a inicios del siglo XXI. Disponível em: <http://www.cepal.org/dds/noticias/paginas/6/43776/Sistema-proteccion-social-Mexico-EValencia.pdf>. Acesso em 08 de janeiro de 2013.
- MORALES, José S. M. *El neoliberalismo en México: éxito o fracaso?* Disponível em: <http://www.ejournal.unam.mx/rca/191/RCA19105.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.
- ORTORICA, Manuel; PRUD'HOMME, Jean-François (Org.). Economía. In: *Los grandes problemas de México: Economía*. México, D.F.: El Colegio de México, 2012.
- ROMO, Héctor G. *La contrarrevolución neoliberal en México*. México, D.F.: Ediciones Era, 1997.
- RUIZ, Ramón Eduardo. *México: por qué unos cuantos son ricos y la población es pobre?* México, D.F.: Oceano, 2010.
- SOLÍS, Leopoldo. *Medio siglo en la vida económica de México: 1943-1993*. México, D.F.: El Colegio Nacional, 1994.
- SOLÍS, Leopoldo. *Evolución de la Economía Mexicana*. México, D.F.: El Colegio Nacional, 1999.
- SOLÍS, Leopoldo. *La realidad económica mexicana: retrovisión y perspectivas*. México, D.F.: FCE, 2000.
- URQUIDI, Victor L. *Otro siglo perdido: Las políticas de desarrollo en América Latina (1930-2005)*. México, D.F.: FCE, 2005.

INTELLECTOR

Ano IX	Volume IX	Nº 18	Janeiro/Junho 2013	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	-----------	-------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellecto.cenegri.org.br

VELTMEYER, Henry. O'MALLEY, Anthony. *En contra del neoliberalismo: el desarrollo basado en la comunidad en América Latina*. México, D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2003.

ZAPATA, Francisco. *Tiempos neoliberales en México*. México, D.F., El Colegio de México, 2005.

